

Clássico carioca no basquete

Vasco x Flamengo abre a última rodada do turno do Campeonato Nacional Masculino de Basquete. Eles se enfrentam hoje, às 19h, no Ginásio do Tijuca. Na outra partida, o Universo/Ajax, de Goiás, recebe a Unit/Uberlândia, às 20h, em Goiânia.

Vôlei do Flamengo joga em Belo Horizonte

O MRV/Minas recebe hoje, às 21h, em Belo Horizonte, o Flamengo, na primeira partida semifinal da Superliga de Vôlei Feminino. A SporTV (NET) anuncia a transmissão ao vivo. O outro confronto, entre Rexona e Vasco, terá início amanhã, em Curitiba.

esportes

redenção do esporte

Projeto de lei, em tramitação no Congresso, destinará 2% da arrecadação das loterias federais para os comitês Olímpico e Paraolímpico

José Cruz
Da equipe do Correio

É uma peregrinação com data marcada. A cada quatro anos, dirigentes do esporte buscam em Brasília dinheiro do governo federal, repetindo o argumento: preparar as delegações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. O pedido é atendido, mas nem sempre a verba chega a tempo.

No ano passado, por exemplo, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) devolveu R\$ 4,2 milhões ao Ministério do Esporte e Turismo porque, quando o dinheiro foi liberado, muitas contas da equipe que foi aos Jogos de Sydney já tinham sido pagas e o governo não permite o reembolso.

Esta situação de emergência — que compromete o desempenho dos atletas em competições internacionais — está perto de terminar. Um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados destina 2% do total arrecadado pelas loterias federais aos comitês Olímpico e Paraolímpico. Como o dinheiro deverá ser liberado 10 dias depois de cada sorteio, isto quer dizer que as duas entidades poderão fazer programações mensais, sem temer atrasos que, até agora, são comuns.

“Aprovado no Senado e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, esta lei representará a redenção do esporte”, disse, entusiasmado, o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman. “Será um reforço substancial que dará estabilidade aos nossos projetos”, resumiu o secretário geral do Co-

mitê Paraolímpico (CPB), Vital Severino, festejando a rapidez que tramita o projeto de lei substitutivo nº 2.556/2000.

EXEMPLOS

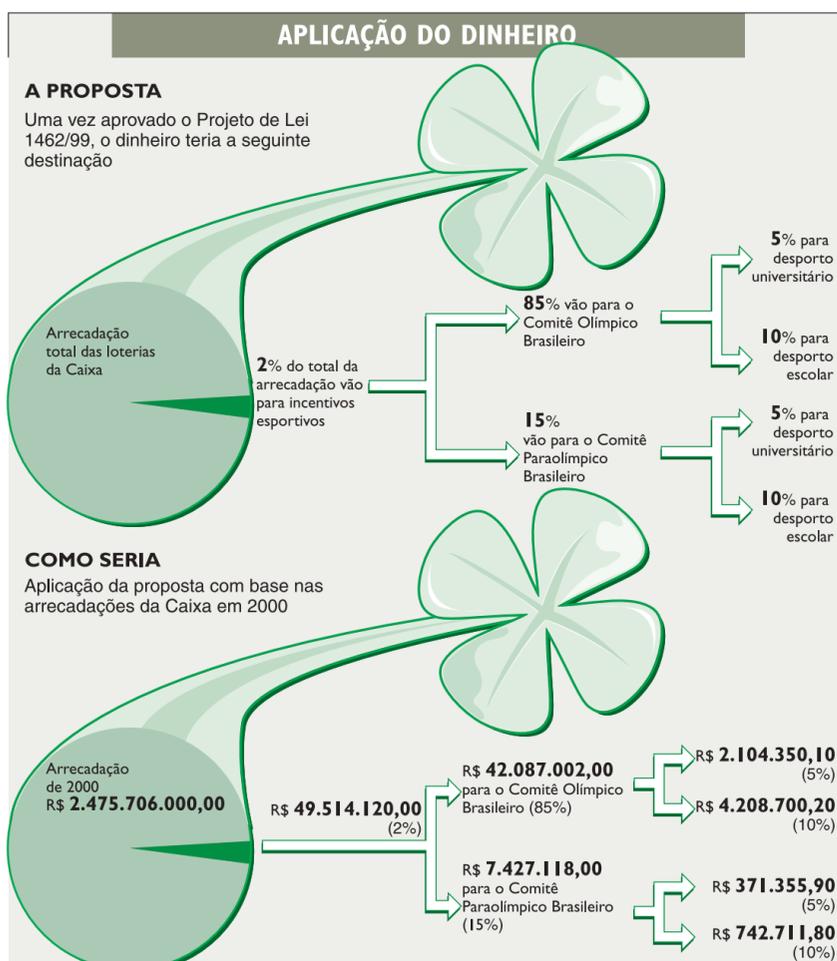
Para se ter uma idéia da grande importância dessa proposta para o esporte, basta tomar por base os resultados da Caixa Econômica Federal — executora das loterias —, referentes aos sorteios realizados no ano passado.

No total, foram arrecadados R\$ 2.475.706.000,00, vindos das vendas de oito loterias. Os 2% previstos no projeto de lei significam R\$ 49.514.120,00. Afim de começar as divisões: 85% vão para o Comitê Olímpico e 15% para o Paraolímpico. Isto quer dizer que, em 2000, o COB teria recebido R\$ 42.087.002,00, e o CPB R\$ 7.427.118,00.

Ao contrário de centenas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre este assunto, a vantagem desse — que já está para entrar na ordem do dia do Senado — é que nenhum valor será reduzido do que é destinado ao governo federal. Ou seja, o cofre público não ficará mais vazio por conta deste projeto.

Isto porque os 2% que vão para o esporte sairão do valor destinado aos prêmios, o que, na prática, não chega a representar prejuízo para os ganhadores das loterias.

Tomando-se a Megasena como exemplo — loteria que mais arrecadou no ano passado, com R\$ 963 milhões —, constata-se que foram pagos R\$ 274 milhões em prêmios, conforme



dados da Caixa Econômica. Se fossem aplicados os 2% previstos no projeto de lei, a premia-

ção cairia para R\$ 268 milhões, ou seja, uma redução mínima para os ganhadores, se compa-

rada com o que isso representará para o desenvolvimento do esporte.

Carlos Vieira 16.3.98

a alegria de Nuzman

Entidade que congrega 27 confederações esportivas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) deverá receber, quem sabe ainda este ano, um dinheiro que nunca teve. “Sempre nos faltou, pois ganhávamos o que era preciso só em ano olímpico”, lembra o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman.

Melhor: uma vez aprovado o projeto de lei, que prevê o repasse de 2% da arrecadação geral das loterias da Caixa Econômica Federal para o esporte, o COB poderá planejar gastos fora dos anos olímpicos.

Nuzman, porém, não se ilude: “Resultados, mesmo, só em oito ou 12 anos. É o tempo que precisamos para que surjam resultados práticos dos projetos que pretendemos desenvolver”.

Dirigente reconhecido por trabalhar de forma organizada, a partir da moderna administra-

ção, Nuzman foi o responsável pelo salto qualitativo do vôlei, quando presidiu a confederação dessa modalidade, nos anos 80. “Estruturei a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) nos moldes do que era feito no Japão”, orgulha-se.

Agora, ele pensa em fazer o mesmo nas demais entidades ligadas ao COB. “Temos cinco confederações que nem sede têm. E se não tem sede, não tem funcionário. Então, como é que funciona?”, indaga Nuzman. “A idéia é dar estrutura administrativa e gestão para, então, cobrar projetos”, explicou.

Nuzman lembra que ainda é necessário haver cursos de atualização para os dirigentes esportivos. “Assim como o médico, o advogado e o engenheiro, quem administra o esporte precisa se atualizar.” Na parte técnica, o presidente do COB dará prioridade para as equipes



NUZMAN COMEMORA O REPASSE DE VERBAS, MAS NÃO SE ILUDE: “RESULTADOS PRÁTICOS SÓ EM OITO OU 12 ANOS”

do assunto também sob o enfoque social”.

Nuzman acredita que poucas vezes na política brasileira houve uma reunião multipartidária com resultados positivos como a que tratou da tramitação do projeto de lei que libera verbas das loterias para o esporte. “Foi da reunião de um senador do PSDB (Pedro Piva), um deputado do PC do B (Agnelo Queiroz) e um deputado do PT (Gilmar Machado), relator do projeto de lei substitutivo, que se chegou ao texto que já foi aprovado na Câmara dos Deputados.”

Ele não economiza elogios: “A comunidade esportiva e o movimento olímpico são gratos a esses políticos. Esta é uma lei para o esporte e eles tiveram sensibilidade ao tratar do assunto vestindo a nossa camisa, e não a do futebol, como é comum ocorrer”. (JC)

olímpicas permanentes e formação de atletas.

AGRADECIMENTO

O dirigente considera o projeto de lei que tramita no Congresso Nacio-

nal como “o projeto da redenção do esporte”. E completa: “É preciso ser grato a todos que contribuíram para que o projeto fosse aprovado, mas destaco a proposta do deputado Agnelo Queiroz que tratou

iniciativa brasileira

Projetos de lei sobre esportes não faltam no Congresso Nacional. Só na Câmara dos Deputados são mais de 150, a maioria propondo mudanças nos critérios de distribuição dos recursos da Loteria Esportiva.

Homem também ligado ao esporte — *peladeiro* de fim de semana e jogador de tênis nas horas de folga —, o deputado Agnelo Queiroz (PC do B-DF) ouve, há muito, as lamentações dos atletas sobre a falta de patrocínio.

Foi a partir de conversas com um de seus assessores — Gil Castello Branco, também identificado com o esporte —, que o parlamentar decidiu apresentar um projeto de lei propondo a verbas para o esporte sem reduzir a parte destinada ao governo federal.

“Eu tinha que encontrar uma forma de ter uma proposta que não mexesse na fatia do governo, que não aumentasse o valor das apostas e não penalizasse os que são beneficiados pela Caixa Econômica Federal”, explicou Agnelo.

Foi assim que surgiu, em 11 de agosto de 1999, o projeto de lei 1.462, destinando 1,5% da arrecadação bruta dos concursos gerenciados pela Caixa, “para viabilizar uma maior e melhor participação das delegações brasileiras em eventos esportivos internacionais”.

Uma semana depois, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) também apresentava projeto de lei com o mesmo objetivo, mas com um percentual cinco vezes maior, ou seja 10%, o que seria torpedeado pelo governo. Em seguida, Piva reduziu o repasse para 2%. “A proposta não impõe novos tributos ou lança mão de renúncia fiscal”, justificou o senador.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de Agnelo Queiroz foi para o Senado Federal, onde sofreu modificações, retornando à casa de origem. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) foi nomeado o relator, que analisou os principais projetos que tramitavam na Câmara, apresentando, depois, um substitutivo.

“Em nossa avaliação, a melhor proposta é a do deputado Agnelo, que propõe a criação de um recurso certo, de natureza permanente, que não desestimulará o apostador, não prejudicará o ganhador, não repercutirá negativamente na arrecadação da União justificou Gilmar Machado.

Agnelo lembra que “o esporte não é só a manifestação da cultura de um povo, mas constitui investimento sólido, de médio prazo, na redução dos gastos com a saúde e a assistência social”.

O projeto deverá ser votado ainda este semestre no Senado Federal, onde já conta com o apoio do senador Piva, indo em seguida à sanção do presidente da República. (JC)